

VOTO VOGAL

A Senhora Ministra Rosa Weber: Trata-se de agravo regimental manejado pelo Procurador-Geral da República contra decisão monocrática do eminente Ministro Edson Fachin, Relator, homologatória de acordo de colaboração premiada celebrado entre autoridade policial federal e Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho.

A parte Agravante suscita, em caráter preliminar, a necessidade de esta Suprema Corte revisitara o tema objeto da ADI 5.508/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j. em 20.6.2018, propondo uma releitura da decisão firmada naquela assentada, para efeito de condicionar, a manifestação favorável do Ministério Público, a legitimidade da Polícia Judiciária para celebrar acordos de colaboração premiada. Sucessivamente, busca a reforma da decisão impugnada, de modo a que se deixe de homologar o negócio jurídico em foco.

Passo ao exame dos pleitos formulados nesta sede recursal, a começar pela matéria preliminar nela arguida.

1. Celebração de acordo de colaboração premiada por autoridade policial e necessidade de concordância do Ministério Público

O acordo de colaboração premiada qualifica-se, no plano da fenomenologia jurídica, como negócio jurídico bilateral, cujas características equivalem a de um contrato oneroso. Seu suporte fático apresenta, como elemento nuclear, a vontade exteriorizada de duas partes imbuídas de interesses contrapostos, que definem, no espaço negocial pré-delimitado pelo ordenamento, as consequências jurídicas emanadas do ajuste (DIDIER JR. Fredie e BOMFIM, Daniela. **Colaboração premiada (Lei n. 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma – um diálogo com o Direito Processual Civil**. "In" *Civil Procedure Review*, v. 7, n.2: 135-189, may.-aug., 2016). Prevalece o entendimento de que se cuida de negócio jurídico de natureza processual, com repercussão, porém, na esfera do direito penal material.

A capacidade jurídica de figurar como parte autônoma nos ajustes contratuais em referência foi atribuída à Polícia Judiciária pelos §§ 2º e 6º do art. 4º da Lei 12.850/2013, *in verbis* :

§ 2º Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

§ 6º O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.

Esta Suprema Corte reconheceu a plena compatibilidade dos preceitos em referência com a Carta da República no julgamento de mérito da ADI 5.508/DF, cujo acórdão assentou a possibilidade de a Polícia Judiciária, desde que adstrita às balizas legais pertinentes, negociar e celebrar, *motu proprio*, acordos de colaboração premiada.

Consabido que compete às Polícias Judiciárias, por expressa designação constitucional (CF, art. 144, § 1º, I, e § 4º), a função precípua de pesquisar elementos informativos aptos a desvelar a materialidade e a autoria de fatos criminosos. Essa a razão pela qual inserido no plexo de atribuições do delegado de polícia, por definição legal (Lei nº 12.830/2013, art. 2º, § 1º), o papel de presidir o inquérito policial, em cujo âmbito deverá ele empreender as diligências necessárias à completa elucidação de atos transgressores das leis penais da República.

Ora, sendo o acordo de colaboração premiada um meio de obtenção de prova (art. 3º-A da Lei 12.850/2013, incluído pela Lei nº 13.964/2019) e, nessa medida, um instrumento destinado à elucidação de crimes ainda não devidamente esclarecidos, implicaria, na minha visão, incongruência sistêmica interditar, à Polícia Judiciária, o manejo dessa profícua ferramenta investigativa, em atentado, inclusive, ao princípio da eficiência da Administração Pública (CF, art. 37, *caput*).

Outra não foi, aliás, a percepção externada no voto condutor do acórdão lavrado na ADI 5.508/DF, da relatoria do Ministro Marco Aurélio, em que assinalado, *verbis*:

Em consonância com os preceitos constitucionais, entre os quais a eficiência – artigo 37 – e o dever de zelo com a segurança pública –

artigo 144 –, o delegado de polícia é o agente público que está em contato direto com os fatos e com as necessidades da investigação criminal.

(...)

Sendo a investigação o principal alvo da polícia judiciária, ante a conformação constitucional conferida pelo artigo 144, meios previstos na legislação encontram-se inseridos nas prerrogativas da autoridade policial. Sendo a polícia a única instituição que tem como função principal o dever de investigar, surge paradoxal promover restrição das atribuições previstas em lei. Retirar a possibilidade de utilizar, de forma oportuna e célere, o meio de obtenção de prova denominado colaboração premiada é, na verdade, enfraquecer o sistema de persecução criminal, inobservando-se o princípio da vedação de proteção insuficiente.

Essa compreensão do tema defluiu, por igual, do magistério da doutrina. Nesse sentido, ao distinguir os conceitos de “meio de prova” e de “meio de obtenção de prova”, neste enquadramento o instituto da colaboração premiada, Antonio Magalhães Gomes Filho acentua que, ao contrário dos primeiros – os meios de prova-, que pressupõem “ *uma atividade endoprocessual que se desenvolve perante o juiz* ”, os últimos – os meios de obtenção de prova-, enquanto expedientes de pesquisa probatória, “ *dizem respeito a certos procedimentos (em geral, extraprocessuais) regulados pela lei, com o objetivo de conseguir provas materiais, e que podem ser realizados por outros funcionários (policiais, por exemplo)* ” (**Notas sobre a terminologia da prova: reflexos no processo penal brasileiro** . In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide (Org.). Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: DPJ Editora, 2005. p. 309-310).

Tal distinção é feita de modo textual no Código de Processo Penal italiano, que disciplina os meios de prova no Título II do Livro sobre a Prova (arts. 194-243) e, em distinto Título (n. III), os meios de pesquisa de prova (arts. 244-271), a exemplo da busca e apreensão e da interceptação de comunicações telefônicas. Os primeiros (*mezzi di prova*) só podem ser produzidos perante a autoridade judicial – a esta oferecendo elementos diretamente invocáveis na fundamentação de seu convencimento –, ao passo que os segundos (*mezzi di ricerca della prova*), que não são dados de convicção, e sim instrumentos voltados à coleta de coisas materiais, vestígios e declarações dotadas de capacidade probatória, podem ser executados não apenas em Juízo, mas, também, pelo Ministério Público e, nas hipóteses previstas em lei (arts. 352-354 do CPP italiano), pela própria

Polícia Judiciária (TONINI, Paolo. **Manuale di procedura penale** , 19ª ed., Giuffrè Editore: Milão, 2018, p. 384).

Ademais, é inquestionável a relevância do acordo de colaboração premiada como mecanismo de coleta de provas em investigações criminais, âmbito de atuação, por excelência, das corporações policiais. Impedir-lhes o acesso a esse instrumento importaria em reduzir, em larga medida, os mecanismos de ação investigativa da Polícia Judiciária, o que também por este ângulo não parece harmônico com o texto constitucional. Nessa linha, pode-se afirmar que “ *as cláusulas inscritas no § 2º e no § 6º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013 espelham, no plano da legislação ordinária, o tratamento normativo conferido aos organismos policiais pela Carta da República* ” (Pet 8.636/DF, Rel. Min. Celso de Mello).

Observo que a delimitação do tema no âmbito da Lei nº 12.850/2013, com as recentes alterações promovidas pela Lei nº 13.694/2019, além de expressar o reconhecimento, pelo legislador ordinário, da importância do instituto no combate à criminalidade organizada, também representa o adimplemento de compromissos assumidos pelo Estado brasileiro na arena internacional, na esteira do que preconizam as Convenções das Nações Unidas de Palermo (Artigo 26) e de Mérida (Artigo 37), ambas subscritas pelo Brasil e já incorporadas ao nosso ordenamento positivo pelos Decretos 5.015/2004 e 5.687/2006, respectivamente.

No plano internacional, a virtual importância da justiça penal negociada, como estratégia de enfrentamento ao crime organizado, também foi assinalada pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, no caso *Natsvlshvili e Togonidze v. Georgia (Application no. 9043/05)* , j. em 29.4.2014, oportunidade em que a Corte Europeia também consignou que o acordo de negociação penal não ofende a cláusula do justo processo.

É certo, por outro lado, que, no julgamento da ADI 5.508/DF, esta Casa estabeleceu, contra o meu voto – e integrei a corrente minoritária –, que a capacidade negocial outorgada, *ex vi legis* , aos órgãos policiais **pode ser exercida independentemente da anuência do Ministério Público**. Assentou-se, assim, o caráter não vinculante da manifestação externada pelo *dominus litis* , não condicionada, portanto, a formalização do ajuste à concordância do Ministério Público com a atuação da autoridade policial.

E é justamente esse último capítulo decisório o que se busca rediscutir e revisar, como visto, na presente assentada.

Feitas essas considerações, e conquanto tenha ficado vencida, reitero, nesse específico ponto, na honrosa companhia do Ministro Luiz Fux, quando do julgamento plenário da ADI 5.508/DF, entendo deva ser aplicada, *in casu*, a compreensão que nele se consagrou, em se tratando de processo de índole objetiva e natureza abstrata, vale dizer, em controle concentrado de constitucionalidade, em que dotada a decisão de eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, por exposto comando da Constituição, no pleno exercício, esta Suprema Corte, de sua jurisdição constitucional.

Tenho para mim, pedindo respeitosa vênias ao eminente Relator e aos que o acompanham, que não se justifica a revisão do tema nesta assentada, em franco desprestígio ao postulado da segurança jurídica.

Reiterando a posição que externei no voto que proferi nos autos do HC 152.752/PR, Rel. Min. Edson Fachin, e que tem pautado a minha atuação neste Supremo Tribunal, mais do que um princípio, a **segurança jurídica** constitui um **valor** ínsito à **democracia**, ao **estado de direito** e ao próprio **conceito de justiça**, além de traduzir, na ordem constitucional, uma **garantia dos jurisdicionados**. **Nesse enfoque, a imprevisibilidade, segundo entendo, qualifica-se, por si só**, como elemento capaz de degenerar o **Direito em arbítrio**.

Por isso já afirmo em mais de uma oportunidade que, compreendido o **Tribunal** como **instituição**, a **simples mudança de composição não** constitui fator suficiente para legitimar a **alteração da jurisprudência**, nem o são razões de natureza pragmática ou conjuntural.

Nessa linha argumentativa, afirma Frederick Schauer: “ *espera-se que um tribunal resolva as questões da mesma maneira que ele decidiu no passado, ainda que os membros do tribunal tenham sido alterados, ou se os membros dos tribunais tenham mudado de opinião* ” (**Thinking like a lawyer: a new introduction to legal reasoning** . Cambridge: Harvard University Press, 2012, p. 37). Igualmente Neil MacCormick, para quem a “ *fidelidade ao Estado de direito requer que se evite qualquer variação frívola no padrão decisório de um juiz ou tribunal para outro* ” (**Retórica e o Estado de Direito . Uma teoria da argumentação jurídica** . Tradução de Conrado Hübner Mendes e Marcos Paulo Veríssimo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 191).

É dizer, a consistência e a coerência no desenvolvimento judicial do Direito são virtudes do sistema normativo enquanto atributos do próprio Estado de Direito. As instituições do Estado devem proteger os cidadãos de incertezas desnecessárias referentes às suas situações jurídicas.

Embora a jurisprudência comporte, obviamente, evolução – porque, insisto, a vida é dinâmica, a sociedade avança, o patamar civilizatório se eleva (é o que, pelo menos, se deseja) e o Direito os segue –, a atualização do Direito operada na via judicial, pela atividade hermenêutica dos juízes e tribunais, há de evitar rupturas bruscas, em especial quando em jogo decisão de mérito proferida, como no presente caso, há menos de 03 (três) anos, em sede de fiscalização abstrata de constitucionalidade, em que os julgados, é consabido e sublinho, revestem-se de eficácia contra todos e efeito vinculante, a teor do art. 102, § 2º, da Constituição Federal.

Sabe-se, além disso, que a coisa julgada, no domínio da jurisdição constitucional, transcende a sua clássica função de amparar direitos subjetivos. Ao revés, o interesse nela tutelado é essencialmente difuso e sua natureza é objetiva (ABBOUD, Georges. **Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais** . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011), o que, *prima facie* , põe em xeque a própria legitimidade de revisitar, em tão pouco tempo e nesta sede, o precedente formado na ADI 5.508/DF.

Pontuo que “ (...) *as sentenças constitucionais, mormente as interpretativas, em razão de sua dimensão integradora e interpretativa, guardam semelhança com o precedente do stare decisis como **fonte do direito** . Frise-se que elas se assemelham àquele regime quanto a **constituírem importante fonte do direito** e não no tocante a seu efeito vinculante, que no regime do stare decisis é muito mais flexível e incide muito poucas vezes nas questões constitucionais* ” (ABBOUD, Georges. *Op. Cit.*).

Ademais, se é certo, de um lado, que o efeito vinculante previsto nos arts. 102, § 2º e 103-A, *caput* , da CF, não se impõe ao próprio Supremo Tribunal Federal, não é menos exato, de outro, que esta Corte assume o dever de coerência com a racionalidade argumentativa de seus pronunciamentos anteriores – máxime quando externada em sede de controle concentrado de constitucionalidade –, de todo inadmissível a adoção de soluções *ad hoc* , em ordem a entregar respostas jurisdicionais diversas para problemas jurídicos idênticos (*ubi eadem legis ratio ibi eadem legis dispositio*).

Nessa linha, a doutrina do precedente, hoje positivada no **art. 927 do Código de Processo Civil de 2015**, consagra um padrão de equidade e coerência normativa decisória – previsibilidade e fortalecimento da instituição – para o exercício da jurisdição.

O respeito ao precedente judicial baseia-se na premissa fundamental de que decidir casos similares de modo semelhante integra o próprio **conceito de justiça**, na dimensão da equidade. Daí por que os critérios utilizados para construir a premissa normativa da decisão, a sua *ratio decidendi*, devem atender à noção de universalidade, ou seja, serem aplicáveis sempre que se estiver diante de situação marcada, em seus aspectos relevantes, pelas mesmas características que informam a hipótese paradigma (ATIENZA, Manuel. **Curso de Argumentação Jurídica**, tradução de Claudia Roesler, Alteridade, 2017, p. 131). Cito, mais uma vez, Maccormick: “*Qualquer compromisso com a imparcialidade entre diferentes indivíduos e diferentes casos exige que os fundamentos para o julgamento neste caso sejam tidos como repetíveis em casos futuros*” (*Op. Cit.*, p. 120).

É claro que a integridade do Direito, entendida como consistência e coerência do sistema em geral, e das decisões judiciais em particular, não se reduz, enquanto valor político-jurídico, à reprodução cega do precedente. É que a integridade, na lição de Ronald Dworkin, “*(...) exige que as normas públicas da comunidade sejam criadas e vistas, na medida do possível, de modo a expressar um sistema único e coerente de justiça e equidade na correta proporção. Uma instituição que aceite esse ideal às vezes irá, por esta razão, afastar-se da estreita linha das decisões anteriores, em busca de fidelidade aos princípios concebidos como mais fundamentais a esse sistema como um todo*” (**O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999).

Afigura-se equivocado, portanto, apreender o regime de precedentes de modo a lhe emprestar rigidez e mecanicidade. A lógica cartesiana e o pensamento dedutivo são procedimentos estranhos ao funcionamento desse sistema cuja evolução e aperfeiçoamento deram-se, historicamente, de forma orgânica e indutiva. Sob tal perspectiva, Karl Larenz acentua que o Tribunal deve rever o precedente “*se chega à conclusão de que contém uma interpretação incorreta ou um desenvolvimento do Direito insuficientemente fundamentado, ou que a questão, nele corretamente resolvida para o seu tempo, tem que ser hoje resolvida de outro modo, por causa de uma mudança da situação normativa ou da ordem jurídica no seu conjunto*” (**Metodologia da Ciência do Direito**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997).

Assim é que, diante de mutações jurídicas ou de alterações fáticas significativas, não há maior dificuldade em reconhecer que o tribunal “ *pode afastar ou rever suas decisões, possuindo o ônus da argumentação para tanto* ” (ABBOUD, Georges, *Op. Cit.*). Atento a essas justificações, o Código de Processo Civil de 2015 prescreve no art. 927, §§§ 2º, 3º e 4º, que a alteração de precedentes supõe, para legitimar-se, a existência de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios de segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia, facultada ao Tribunal, se reputar pertinente, a convocação de audiência pública para a rediscussão da tese jurídica firmada anteriormente.

No caso concreto, todavia, não identifiquei alteração no panorama fático-jurídico ensejador do julgamento da ADI 5.508, nos moldes em que se deu, tampouco entendo tenha o Tribunal, naquela oportunidade, enfrentado o tema de maneira não exaustiva, o que me conduz à aplicação, *tout court* , na espécie, da tese então firmada, privilegiando inclusive mais uma vez o princípio da colegialidade e com ressalva do meu entendimento pessoal no sentido do caráter vinculante da manifestação do Ministério Público nos acordos de colaboração premiada celebrados pela autoridade policial. Como sempre tenho enfatizado, o princípio da **colegialidade** , enquanto expressão da exigência de **integridade da jurisprudência**, é meio de atribuir **autoridade e institucionalidade** às decisões desta Casa.

Essas as razões pelas quais rejeito a questão preliminar suscitada, reiterando meu pedido de vênias aos que têm compreensão diversa.

Ultrapassada essa questão prévia , a hipótese é de desprovimento do agravo, consoante fundamentos que passo a alinhar.

2. Juízo homologatório de acordos de colaboração premiada. Controle judicial de regularidade, legalidade e adequação do negócio jurídico

A disciplina legal da colaboração premiada impõe, em observância ao modelo acusatório constitucionalmente consagrado, uma posição de distanciamento do julgador do processo de composição entre as partes pactuantes, cabendo-lhe precipuamente, quando da homologação do acordo, a análise de seus aspectos formais. É o que prevê o artigo 4º, §§ 7º e 8º, da Lei nº 12.850/2013, recentemente alterada pela Lei nº 13.964/2019 (o cognominado *Pacote Anticrime*):

Art. 4º (...)

§ 7º Realizado o acordo na forma do § 6º deste artigo, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação:

I - regularidade e legalidade;

II - adequação dos benefícios pactuados àqueles previstos no caput e nos §§ 4º e 5º deste artigo, sendo nulas as cláusulas que violem o critério de definição do regime inicial de cumprimento de pena do art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as regras de cada um dos regimes previstos no Código Penal e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e os requisitos de progressão de regime não abrangidos pelo § 5º deste artigo;

III - adequação dos resultados da colaboração aos resultados mínimos exigidos nos incisos I, II, III, IV e V do caput deste artigo;

IV - voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares.

§ 7º-A O juiz ou o tribunal deve proceder à análise fundamentada do mérito da denúncia, do perdão judicial e das primeiras etapas de aplicação da pena, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), antes de conceder os benefícios pactuados, exceto quando o acordo prever o não oferecimento da denúncia na forma dos §§ 4º e 4º-A deste artigo ou já tiver sido proferida sentença.

§ 7º-B. São nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória.

§ 8º O juiz poderá recusar a homologação da proposta que não atender aos requisitos legais, devolvendo-a às partes para as adequações necessárias.

Nesta fase processual, o julgador não emite qualquer juízo de valor sobre as declarações prestadas pelo colaborador e, conseqüentemente, sobre a culpabilidade dos delatados. No que diz com as cláusulas acordadas, os contornos da análise judicial são estritamente delimitados pelo arcabouço legal, o qual regula um olhar voltado à apuração da regularidade, da legalidade e da adequação dos benefícios pactuados e dos resultados projetados, assim como da voluntariedade da manifestação de vontade do colaborador.

Nessa linha, o Plenário desta Corte já assentou que “ a homologação judicial do acordo de colaboração, por consistir em exercício de atividade de deliberação, limita-se a aferir a regularidade, a voluntariedade e a legalidade do acordo, não havendo qualquer juízo de valor a respeito das declarações do colaborador ”. (HC 127.483, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, DJe-021 de 03.2.2016).

Em síntese, pode-se dizer que, uma vez preenchidos os requisitos de validade atinentes a todo e qualquer negócio jurídico, o acordo submetesse, neste juízo de estrita deliberação, a um mero teste de compatibilidade entre suas cláusulas e a legislação de regência.

Em qualquer hipótese, a limitação cognitiva do julgador em relação ao conteúdo das declarações prestadas e das provas apresentadas não confere às partes pactuantes irrestrita margem de atuação, impondo-se, nas cláusulas por elas avençadas, a observância dos limites do ordenamento jurídico.

Adverte a doutrina, no particular, que, apesar da relativa aproximação entre o regime de colaboração previsto na legislação brasileira e o *plea bargaining* norte-americano, “nos sistemas regidos pelos princípios da legalidade e da obrigatoriedade da ação penal, algum juízo de discricionariedade que, pode reconhecer-se, venha a ser exercido ante a previsão legal do recurso aos arrependidos com técnica de reforço investigativo, **será sempre um juízo de ‘discrezionalità tecnica rigidamente vincolata’**, em decorrência mesmo do princípio da legalidade ” (PEREIRA, Frederico Valdez. *Delação premiada: legitimidade e procedimento* . 4ª edição, Curitiba: Juruá, 2019, p. 58, destaquei).

A **discricionariedade tecnicamente vinculada** subordina a atuação dos órgãos estatais contratantes aos **parâmetros legais** , cabendo ao juiz o controle da legalidade do exercício de tal atribuição. Nosso regime, nesse aspecto, afasta-se em grande medida daquele vigente nos sistemas de *common law*, que, como regra, permitem à acusação adotar postura processual de amplo espectro, que vai desde a renúncia à ação penal já proposta até a não apresentação de provas em juízo, com o fim de alcançar a absolvição do colaborador.

Ressalte-se, no entanto, que a negociação penal, **mesmo no sistema norte-americano** - que, segundo dados oficiais da *United States Sentencing Commission* , no ano de 2019 deu desfecho a 97,6% dos crimes de competência federal pela via do *plea agreement* (fonte: < <https://www.uscc.gov>

gov/sites/default/files/pdf/research-and-publications/annual-reports-and-sourcebooks/2019/2019-Annual-Report-and-Sourcebook.pdf >, p. 56) -, **sofre críticas** apoiadas na alegação de que o regime de persecução penal teria curso ao largo dos direitos garantidos pelas emendas à Constituição do país (WAN, Tina. *The unnecessary evil of plea bargaining: an unconstitutional conditions problem and a not-so-least restrictive alternative* . In: **Review of Law and Social Justice** , vol. 17, 2007, pp. 33-61), levando-o a um ambiente de atuação que, segundo essa visão crítica , “ *continua sendo guiado não pela lei, mas pelo poder – o vasto e irregular poder dos acusadores*” (SKLANSKY, David Alan. *Apud* CRESPO, Andrew Manuel. *The hidden law of plea bargaining* . In: **Columbia Law Review** , vol. 18, nº 5).

Outra não é a compreensão, a respeito do tema, perfilhada por Luigi Ferrajoli, para quem a ampla discricionariedade da ação penal, necessariamente vinculada à disponibilidade das imputações e, até mesmo, das provas – que, nos Estados Unidos, se externa nas transações entre acusador público e imputado (*plea bargaining*), desaguando nas declarações de culpabilidade (*guilty plea*) –, abre espaço para uma fonte inesgotável (e incontrollável) de arbítrios (**Direito e razão: teoria do garantismo penal** . Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukt, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. 4ª ed. rev., São Paulo: RT, 2014, p. 523-524).

Também merece destaque, em tema de *plea bargaining* , a censura formulada por Marllon Souza, para quem “ *a eficiência tornou-se o principal objetivo do plea bargaining norte-americano, deixando para trás outros valores importantes de processos criminais, como a justiça da pena, precisão e proporcionalidade das punições* ”. Disso resulta, segundo o autor, que, em tal sistema de justiça penal negociada, tributário de um modelo utilitarista puro, “ *os réus são tratados como mero instrumento para confirmar a funcionalidade e a eficiência da justiça criminal* ” (**Plea bargaining no Brasil: o processo penal por meio do equilíbrio entre o utilitarismo processual e os direitos fundamentais do réu** . 2ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 111).

Anoto que essas críticas normalmente **não ecoam** nos julgados da Suprema Corte americana {cito *United States v. Mezzanatto*, 513 U.S. 196 (1995); *Alabama v. Smith* , 490 U.S. 794 (1989) e *United States v. Goodwin*, 457 U.S. 368 (1982)}, mas entendo devam elas ser consideradas em um contexto no qual acordos semelhantes vêm sendo implementados

gradativamente em território nacional e a análise de sua compatibilidade com os regimes constitucional e legal brasileiros vem sendo objeto de contínuo amadurecimento.

Nessa perspectiva, cumpre ter sempre presente que “ a Lei 12.850/2013 não se apartou da técnica de **premiabilidade legal** historicamente adotada em nosso país, ancorada no sistema Continental-Europeu e, portanto, num verdadeiro freio à discricionariedade das partes, não adotou o modelo de **premiabilidade tipicamente negocial** de Common Law” (CAPEZ, Rodrigo. **A sindicabilidade do acordo de colaboração premiada** . In “Colaboração premiada [livro eletrônico]”. Coordenação de Pierpaolo Cruz Bottini e Maria Thereza de Assis Moura, São Paulo: RT, 2017).

3. Análise do acordo de colaboração premiada pactuado entre a autoridade policial federal e Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho

À vista das considerações feitas até aqui e forte no novo modelo normativo vigente, bem como observado, quanto aos **elementos de existência** (art. 6º) e os **requisitos de validade** (art. 4º) do negócio jurídico previsto na Lei nº 12.820/2013, o quadro delimitado no paradigmático julgamento do HC nº 127.483, (Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, DJe-021 de 03.2.2016), passo a examinar a validade formal do acordo em apreço.

Nessa perspectiva, tenho para mim que a autoridade policial observou, na formalização do pacto jurídico em análise, os limites formais traçados pelo sistema normativo. Destaco, logo abaixo, as cláusulas referentes ao objeto negociado e aos benefícios acordados (fls. 11-26):

3. DO OBJETO DO ACORDO E DOS CRIMES ABRANGIDOS

Nesse contexto, o acordo em questão versa sobre fatos objeto de **investigação nos Inquéritos nº 4707/STF (IPL 74/2019) e nº 4436 (IPL nº 11/2019)**, em trâmite no Supremo Tribunal Federal – STF, que apuram os crimes de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal), corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98), possuindo relação com a atuação de possíveis organizações criminosas, **bem como outros fatos delituosos descritos no item “6” deste acordo** .

(...)

6. FATOS CRIMINOSOS RELATADOS

Durante formalização do procedimento de colaboração, o COLABORADOR apresentou relatos em que narrou fatos criminosos

extremamente graves e prestou depoimentos detalhados à Polícia Federal a respeito deses, de modo a formar os seguintes anexos iniciais:

(...)

8. DOS BENEFÍCIOS

Nos termos do parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº12.850/2013, o DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL está autorizado a representar nos autos do inquérito pela concessão dos benefícios do perdão judicial, da redução em até 2/3 (dois terços) da pena privativa de liberdade, ou da substituição da pena por restritiva de direitos, em sendo alcançados um ou mais dos resultados previstos no art. 4º da Lei nº 12.850/2013.

Nas investigações criminais abrangidas por este acordo, caso constatado que a colaboração foi de significativa relevância para a instrução do procedimento, bem como que houve elevada eficácia e concreta efetividade, o DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL indicará tais circunstâncias no Relatório Conclusivo de Polícia Judiciária, quando do encerramento das investigações, e representará ou pela substituição da pena por restritiva de direitos ou pela concessão do perdão judicial, a depender da análise da autoridade policial no caso concreto.

O COLABORADOR fica ciente de que a análise da eficácia e da efetividade da colaboração, bem como dos resultados atingidos nos procedimentos criminais englobados no acordo, **somente serão apreciados em definitivo ao final do processo penal, ficando a critério do respectivo juízo competente, em caso de condenação, a definição quanto ao benefício a ser aplicado ao colaborador**, se ele poderá se beneficiar com o perdão judicial, com a redução da pena privativa de liberdade em até 2/3 (dois terços) ou com a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Da leitura dos trechos transcritos, infere-se, objetivamente, que: (i) o objeto do acordo circunscreve-se a fatos ainda sob investigação, não alcançando aqueles com ações penais em andamento, o que foi expressamente registrado na decisão homologatória agravada (fls. 747); (ii) não houve a outorga de qualquer benefício ao agente colaborador, mas mera reprodução dos favores premiaes descritos na legislação, cuja efetiva concessão, no entanto, ficará condicionada, também nos exatos termos da lei (art. 4º, *caput*, da Lei nº 12.850/2013), à análise e eventual reconhecimento da **eficácia objetiva da colaboração**, a ser promovida ao final do processo penal de conhecimento, em caso de condenação criminal, pelo Juízo sentenciante, que também deverá considerar, nessa equação, os vetores descritos no §1º do art. 4º da Lei 12.850/2013, é dizer: “ a

personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso”.

Em nada altera esse cenário, a meu juízo, a circunstância de a autoridade policial contratante ter se comprometido **a representar**, em hipótese de elevada contribuição do agente colaborador contratado, pela substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ou pela concessão do perdão judicial, uma vez que a palavra final será dada, sempre, pelo órgão judiciário que vier a apreciar, em caráter definitivo, o mérito da controvérsia penal. Além disso, a ação de representar em juízo consubstancia “ *ato absolutamente inerente ao ofício policial*”, consoante adverte, em precisa abordagem do tema, o eminente Ministro Celso de Mello (Pet 7.157/DF, j. em 24.9.2018)

Bem pensadas as coisas – embora seja inegável a relevância do acordo, para efeito de transmitir segurança ao agente colaborador, incentivando-o a cooperar com o esforço investigativo –, a verdade é que, ainda que não formalizado o pacto em questão, seria cabível a concessão judicial dos benefícios legais, uma vez atestada a efetividade do auxílio voluntário prestado, com a obtenção de um ou mais dos resultados previstos em lei, tal como se depreende da leitura do art. 4º, *caput*, c/c o §2º, da Lei 12.850/2013:

Art. 4º **O juiz poderá, a requerimento das partes**, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos **daquele que tenha colaborado** efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, **desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados** :

(...)

§ 2º Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, **ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial**, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Emerge, portanto, dos textos legais acima transcritos, que a Lei 12.850/2013 não condiciona o acesso aos favores premiais nela previstos à prévia celebração formal do acordo. Assim, a documentação do negócio em instrumento escrito qualifica-se, no plano das formas contratuais, simplesmente como *ad probationem tantum*.

Presente referido contexto, a parte agravante sustenta, mesmo assim, que o aparato estatal ainda não logrou rastrear a localização de parte dos valores amealhados pelo agente colaborador em suas ações criminosas, a revelar, daí, situação delituosa de ocultação permanente de valores ilícitos. A subsistência da atividade criminosa do colaborador indicaria quebra da boa-fé objetiva e da lealdade que devem presidir as tratativas negociais, a impedir, por via de consequência, a homologação judicial do acordo em causa.

A tese recursal funda-se na circunstância de que, de acordo com cálculos formulados pelo Ministério Público Federal, o agente colaborador teria auferido, com práticas criminosas já objeto de ações penais contra ele oferecidas, uma soma de aproximadamente R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). Em contrapartida, no acordo ora sob escrutínio, ter-se-ia comprometido a devolver apenas 380 milhões de reais, inclusive já “ *vinculados ao ressarcimento dos danos causados pela prática dos crimes objeto das ações penais a que responde* ” (fls. 734-734v. e 1.092-1.094).

Quanto ao ponto, é necessário tecer algumas considerações. De partida, anoto a existência de óbice ao próprio conhecimento das alegações recursais a respeito. É que o exame dos fundamentos invocados pela parte Agravante exigiria, para viabilizar-se, a investigação aprofundada dos elementos informativos emergentes do processo penal de conhecimento, com a necessária instauração, nesta sede meramente delibatória, de debate próprio ao exame de mérito da ação penal em que foram eles suscitados, antecipando-se, assim – em evidente subversão das regras de competência constitucionalmente previstas –, o desfecho da controvérsia penal a ser realizado, em exaustiva cognição da matéria fático-probatória, na instância judiciária competente.

É dizer: afigura-se inadmissível instaurar-se, nesta via procedimental e à míngua de amparo normativo, incidente probatório, revestido de cognição ampla, com vista a alcançar resultado para o qual a lei estabelece via processual própria, que é o processo penal de conhecimento ou, para o efeito pretendido no agravo, a propositura de ação anulatória (art. 966, §4º, do CPC) – na linha preconizada por esta Corte, no julgamento da Pet 7074 QO/DF, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, DJe de 03.5.2018 –, em cujo domínio os argumentos recursais em pauta poderão ser exaustivamente avaliados. Lembre-se que, mesmo quanto ao alegado desrespeito à cláusula da boa-fé objetiva, a observância dessa regra geral de conduta é sempre presumida, devendo a má-fé ser comprovada por quem a alega

(GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais**, vol. 3. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 54).

Destarte, a verificabilidade – e, também, a possibilidade de refutação – da tese recursal erigida pelo *Parquet* resta prejudicada, considerados os limites cognitivos que governam este procedimento homologatório. A consagração de entendimento contrário traduziria, aliás, inegável ofensa ao devido processo legal, com grave restrição aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

De qualquer maneira, mesmo que superado esse obstáculo procedimental, entendo que melhor sorte não assistiria à parte Recorrente.

Isso porque o acordo ora sob escrutínio versa, tão somente, sobre parcela dos crimes praticados pelo colaborador, nela não se incluindo quaisquer fatos criminosos relativamente aos quais já oferecida denúncia pelo Ministério Público. Logo, os atos ilícitos a serem interrompidos e confessados restringem-se, por óbvio, àqueles que constituem o objeto do negócio jurídico, não alcançando práticas criminosas – e, conseqüentemente, os lucros dela derivados – estranhas à avença. É expresso nesse sentido, a propósito, o comando inscrito no § 18 do art. 4º da Lei 12.850/2013, no que impõe ao colaborador o **dever de cessar** “ o envolvimento em **conduta ilícita relacionada ao objeto da colaboração**, sob pena de rescisão ”.

Há autorizadas vozes, inclusive, a exemplo de J.J. Gomes Canotilho e Nunes Brandão, que defendem a impossibilidade jurídica de a colaboração premiada abranger fatos estranhos ao objeto do processo em que foi pactuada. Assim, a validade do acordo estaria condicionada a essa limitação de ordem processual, de forma que as confissões autoincriminatórias e heteroinciminatórias do delator ficariam adstritas ao contexto delituoso em função do qual se celebrou o negócio colaborativo (**Colaboração premiada: reflexões críticas sobre os acordos fundantes da Operação Lava Jato** . Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 133. ano 25. p. 133-171. São Paulo: Ed. RT, jul. 2017).

No caso concreto, os delitos objeto da confissão delatária envolvem a prática de crimes nos quais “ o colaborador se coloca na condição de corruptor ativo das autoridades delatadas ou de intermediador de outros corruptores, não se constatando, ao menos em sede perfunctória, o emprego de artifícios aptos a caracterizar o delito de lavagem de capitais ” (fl. 746). Estranhas, pois, ao objeto do acordo em apreço, as quantias auferidas pelo

colaborador enquanto agente corrompido ou apontado líder de organização criminosa.

Vale igualmente lembrar, tendo presentes as razões recursais veiculadas pela parte Agravante, que o cânone geral da boa-fé objetiva, hoje positivado no art. 422 do Código Civil, traduz **norma de comportamento** que impõe, *inter alia*, às partes contratantes, o dever de não sonegar informações relevantes a respeito do objeto e do conteúdo do negócio (GONÇALVES, Carlos Roberto. *Op. Cit.*, p. 57). Trata-se da consagração, no direito positivo brasileiro, do princípio da lealdade e da confiança desenvolvido no ordenamento alemão e cristalizado no § 242 do *BGB*, datado de 1900 (“ *O devedor está adstrito a realizar a prestação tal como exija a boa-fé, com consideração pelos costumes do tráfico* ”). Não se questiona, assim, que o princípio da boa-fé objetiva constitui, de fato, fonte de direitos e de obrigações, seja na seara contratual, seja, inclusive, na esfera processual (HC 172.895/SP, de minha relatoria, DJe de 02.3.2021, v.g.).

A propósito, o imperioso respeito, no domínio processual penal, à cláusula da boa-fé objetiva, considerada a sua íntima conexão com as exigências derivadas da cláusula do *fair trial*, foi ressaltada, com particular ênfase, pelo Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, “ *órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais* ” lusitanos (Constituição da República Portuguesa, art. 210, nº 1), ao decidir, no acórdão de fixação de jurisprudência nº 2/2011 (e revogando sua antiga orientação jurisprudencial), pela impossibilidade de o Ministério Público “ *recorrer de decisões concordantes com a sua posição anteriormente assumida no processo* ”, Naquela oportunidade aquela alta Corte Judiciária deixou registrada, de forma particularmente expressiva, como *ratio decidendi* de seu julgado, a tese de que o **princípio do processo equitativo**, na dimensão do justo processo, se concretiza, no plano processual penal, pelo **dever de lealdade** – que também corresponde a uma exigência concreta do **princípio da proteção da confiança** na atuação processual –, cujo respeito não apenas reflete, no processo, “ *a credibilidade de um regime democrático* ”, mas, também, constitui elemento “ *essencial para a afirmação da existência do Estado de direito* ”.

Inegável, nessa perspectiva, que a cláusula da boa-fé objetiva é inerente ao devido processo legal consensual, estruturado que é sobre o princípio da autonomia da vontade e pela nota de confiança vigente entre as partes contratantes (MENDONÇA, Andrey Borges. **Os benefícios possíveis na colaboração premiada: entre a legalidade e a autonomia da vontade**. In “Colaboração premiada [livro eletrônico]”. Coordenação de Pierpaolo Cruz

Bottini e Maria Thereza de Assis Moura, São Paulo: RT, 2017), cujos comportamentos não podem se revelar contraditórios, tal como assentado por esta Suprema Corte, no julgamento plenário da Pet 7074 QO/DF, Rel. Min. Fachin, concluído em 29.6.2017.

Nessa perspectiva, consagra a lei uma espécie de **pacto de verdade** com o colaborador, que, se quebrado, acarretará a perda dos benefícios acordados, além de sujeitar o agente faltoso à persecução penal pelo delito de denúncia caluniosa previsto no art. 19 da Lei 12.850/2013.

No entanto, o respeito à eticidade negocial deve ser aferido nos limites do objeto pactuado, máxime porque essa norma de comportamento – ao impor deveres colaterais de cooperação, de lealdade e de informação aos sujeitos pactuantes – objetiva alcançar, na seara contratual, o fiel adimplemento das obrigações acordadas pelas partes contratantes (FARIAS, Cristiano Chaves e ROSENVALD, Nelson. **Direito das obrigações**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 47).

Desse modo, a circunstância de o Colaborador ter alegadamente ocultado fatos delituosos envolvendo pessoas próximas, em negociações preliminares voltadas à celebração de acordo, **de espectro mais amplo**, com o Ministério Público, não constitui fator impeditivo à posterior pactuação de referido negócio jurídico, porém com **âmbito mais restrito**, com a autoridade policial, **desde que, nesta última hipótese, ausentes idênticos vícios, até mesmo porque a mácula que consubstancia hipótese de rescindibilidade do acordo, ex vi do § 17 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, é a “ omissão dolosa sobre os fatos objeto da colaboração ”.**

Assinale-se, sob tal perspectiva, que a parte Agravante não apontou a existência de fatos criminosos que, abrangidos pelo objeto do acordo ora em apreço, tenham sido sonegados pela agente colaborador. Aliás, a bem da verdade, sequer comprovou as razões que alega terem-na levado a recusar a proposta anteriormente recebida do colaborador, uma vez não juntada aos autos qualquer justificativa endereçada, à época, ao proponente. No ponto, reveste-se de inteira pertinência a preocupação externada por Gustavo Henrique Badaró, ao destacar que a informalidade que permeia tais negociações preliminares à celebração do pacto colaborativo culmina por erigir ambiente de atuação estatal imune a qualquer tipo de controle, a inviabilizar o posterior exame dos critérios de escolha pelo MP de seus colaboradores premiados, bem como para rejeitá-los. Confira-se:

Da forma como a colaboração premiada vem sendo praticada no Brasil, a escolha de *se* haverá essa colaboração e a de *com quem* esta se fará ocorre num campo de extrema discricionariedade, para não se dizer puro arbítrio do acusador. Não há uma pauta de critérios ou mesmo simples parâmetros de com quem o Ministério Público pode colaborar ou, em sentido contrário, em que hipóteses não se deve celebrar o acordo. Inexistem mecanismos eficientes de controle da escolha do colaborador e, muito menos, transparência das negociações. Não se justificam as escolhas de quem será e quem não será colaborador.

(...)

(...) É o Ministério Público que irá escolher com quem celebrará a colaboração e, o que é mais relevante, que versão dos fatos será aceita. Há colaboradores que recebem imunidade e sequer serão processados; (...) É inegável que vivemos um retorno a um modelo de concentração de funções: o Ministério Público investigou, estabeleceu a verdade dos fatos, decidiu, estabelecendo a pena que foi aceita pelo colaborador resignado, e puniu. Como ocorria séculos atrás, a fogueira da inquisição continua acesa, só tendo sido trocado quem exerce o papel de inquisidor!

In casu, afigura-se irrelevante, para a validação do ajuste contratual *sub examine*, o fato de o agente colaborador ter faltado com a verdade, na compreensão do Ministério Público (fl. 729-v.), ao inocentar sua esposa, em depoimento prestado, em Juízo, nos autos da Ação Penal nº 050387031.2017.4.02.510, uma vez incidente, a alegada inverdade, sobre fatos alheios ao objeto do negócio firmado com a autoridade policial.

A propósito, o Plenário desta Suprema Corte consagrou orientação, no *leading case* anteriormente citado (HC 127.483/PR), no sentido de que o descumprimento de anterior acordo de colaboração não tem “ *o condão de contaminar, a priori, futuros acordos de mesma natureza* ”, deixando consignado, ainda, naquela oportunidade, que “ *A confiança no agente colaborador não constitui elemento de existência ou requisito de validade do acordo de colaboração* ”.

Lado outro, cumpre ter presente, no tocante à discussão sobre os valores a serem devolvidos, que a legislação não condiciona a celebração do acordo à reparação integral do dano *ex delicto*. Na realidade, a reparação do dano irá influir na gradação dos benefícios premiais a serem concedidos pelo Juízo sentenciante, como se extrai do comando inscrito no §1º do art. 4º da Lei das Organizações Criminosas.

Necessário rememorar, neste ponto, que o Plenário deste Supremo Tribunal Federal, em unânime votação, já reputou válida cláusula de acordo – **celebrado não pela Polícia, mas, sim, pelo próprio Ministério Público** – por meio da qual se liberaram bens imóveis de vultoso valor adquiridos pelo colaborador premiado com o produto de crime e ocultados por meio de lavagem de dinheiro. Assentou-se, naquela ocasião, que tanto o produto (*producta sceleris*) quanto o proveito do delito (*fructus sceleris*) inserem-se no espaço negocial franqueado ao autorregramento da vontade dos sujeitos do acordo. Refiro-me, mais uma vez, ao precedente firmado no julgamento do HC 127.483/PR, de cujo voto condutor, da lavra do Ministro Dias Toffoli, extraio a seguinte passagem:

Embora o confisco, de acordo com o art. 92, II, c, do Código Penal, não se qualifique como pena acessória, mas sim como efeito extrapenal da condenação, uma interpretação teleológica das expressões “redução de pena”, prevista na Convenção de Palermo, e “mitigação de pena”, prevista na Convenção de Mérida, permite que elas compreendam, enquanto abrandamento das consequências do crime, não apenas a sanção penal propriamente dita, como também aquele efeito extrapenal da condenação.

(...)

Aliás, se a colaboração exitosa pode afastar ou mitigar a aplicação da própria pena cominada ao crime (respectivamente, pelo perdão judicial ou pela redução de pena corporal ou sua substituição por restritiva de direitos), a *fortiori*, não há nenhum óbice a que também possa mitigar os efeitos extrapenais de natureza patrimonial da condenação, como o confisco “do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso” (art. 91, II, b, do Código Penal), e de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (art. 7º, I, da Lei nº 9.613/98).

(...)

Dessa feita, se a colaboração frutífera também pode conduzir ao não oferecimento da denúncia e, por via de consequência, à impossibilidade de perda patrimonial como efeito da condenação, parece-me plausível que determinados bens do colaborador possam ser imunizados contra esse efeito no acordo de colaboração, no caso de uma sentença condenatória.

Registre-se que, nos termos do art. 5º, I, da Lei nº 12.850/13, é direito do colaborador “usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica”.

(...)

Ora, se um dos objetivos do programa de proteção é conferir meios de subsistência ao colaborador e a sua família, impondo ao Estado o dever de fornecer-lhe residência e ajuda financeira mensal, possibilitar-se que o colaborador permaneça com determinados bens ou valores mostra-se congruente com os mencionados fins, inclusive por desonerar o Estado daquela obrigação.

No caso concreto, essa questão sequer se põe, uma vez que as práticas criminosas objeto do negócio jurídico em apreço não teriam gerado receita para o colaborador.

De resto, reitero que esta Suprema Corte já definiu que “ **A personalidade do colaborador não constitui requisito de validade do acordo de colaboração** , mas sim vetor a ser considerado no estabelecimento de suas cláusulas, notadamente na escolha da sanção premial a que fará jus o colaborador, bem como no momento da aplicação dessa sanção pelo juiz na sentença (art. 4º, § 11, da Lei nº 12.850/13) ” (HC 127.483/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. em 27.8.2015).

Realmente, a despeito do que se alega, a essência da delação premiada não reside nas qualidades pessoais **do colaborador, e sim no pragmatismo, no interesse da persecução penal. É a perspectiva de reduzir os danos causados pelos crimes que orienta a razão de ser do instituto.** Não se espera que o delator premiado seja o *bonus pater familiae*. Eventuais valorações negativas de sua personalidade não dizem com a validade do termo de delação, mas haverão, sim, de ser levadas em conta pelo juiz, na dicção legal, quando da concessão dos benefícios previstos na lei. Também poderão orientar a fixação de *standards* mais rígidos para a confirmação das declarações do agente colaborador e de balizas mais estritas a tanto.

Não se ignora, com isso, que o acordo de colaboração premiada, sobretudo se fundado em falsas premissas e imputações levianas, pode afetar gravemente direitos fundamentais titularizados por terceiros, tais como o direito à honra, à intimidade e à vida privada, cuja proteção não pode ser abandonada pelo Estado (CANOTILHO, J.J. Gomes e BRANDÃO, Nuno. *Op. Cit.* , p. 146). A própria Lei 12.850/2013, porém, fornece filtros voltados a neutralizar esse perverso efeito colateral que emerge, de modo potencial, do negócio jurídico em causa. Daí o rigoroso código de silêncio que deve incidir, desde as tratativas iniciais do negócio até o recebimento da denúncia, sobre o acordo e os depoimentos do colaborador, “ *sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese* ” (Art. 7º, § 3º, da Lei 12.850/2013, na redação dada pela Lei nº 13.964/2019). A quebra dessa cláusula de sigilo pode caracterizar, em tese, o **crime de**

violação de segredo profissional , tipificado no art. 154 do Código Penal. De igual modo, a **ruptura do pacto de verdade** pode dar ensejo, como já visto, à configuração do delito previsto no art. 19 da Lei nº 12.850/2013.

Além disso, com a reforma legislativa promovida pela assim cognominada Lei Anticrime, fortaleceu-se a **regra de corroboração** , de sorte que não mais se admite o recebimento da denúncia, tampouco a decretação de qualquer medida cautelar com apoio, unicamente, nas confissões delatórias do colaborador premiado (art. 4º, § 16, incisos I a III, da Lei 12.850/2013, na redação dada pela Lei nº 13.964/2019). Ainda: há precedentes do Supremo Tribunal Federal que consideram inadmissível a própria abertura de inquérito quando não respaldado o acordo por dado corroborativo algum (Pet 7474 AgR/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe de 20.11.2020; Inq 3.998/DF, Red. p/ o acórdão Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe de 08.3.2018).

Esse quadro expõe um **regime de prova legal negativa** estabelecido pelo legislador e complementado pela jurisprudência desta Casa. Conclui-se, desse modo, que a celebração e posterior homologação do acordo de colaboração premiada, **por si só** , não permite, nem mesmo, a posterior formalização, em procedimento próprio, de investigações criminais contra o delatado.

Em suma: adstrita, nesta sede deliberatória, ao mero exame da regularidade, da voluntariedade, da legalidade e da adequação do acordo celebrado, neste não vislumbro qualquer vício que o impeça de receber o selo de homologação do Estado-juiz, na forma procedida pela decisão ora impugnada. Nada colhe, portanto, o agravo interposto.

4. Conclusão

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

É o voto.